

Política de Privacidade

Protecção de dados pessoais, transparência e segurança da informação

LCP Capital – Consultoria de Negócios, Lda.

Nome comercial: Yeto Africa

Documento de uso público

Versão 1.0

Agosto 2026



Yeto Africa

Corporate Advisory & Management Consulting

Documento institucional que estabelece os princípios e procedimentos aplicáveis à recolha, utilização, conservação, partilha e protecção de dados pessoais.



A LCP Capital – Consultoria de Negócios, LDA, que opera comercialmente sob o nome **Yeto Africa** e integra a **Africa Wall Street Academy**, sua unidade de formação, e a **Yeto Africa Research**, sua unidade de investigação (“LCP Capital”, “LCP”, “Yeto Africa” ou “Sociedade”), respeita a privacidade e a protecção dos dados pessoais das pessoas com quem se relaciona.

Para efeitos legais e regulatórios, a entidade responsável pelo tratamento é a LCP Capital – Consultoria de Negócios, LDA.

A presente Política explica, de forma transparente, como a Sociedade recolhe, utiliza, conserva, protege e, quando legalmente permitido, partilha dados pessoais.

1. QUEM SOMOS

A LCP Capital – Consultoria de Negócios, LDA é uma sociedade comercial por quotas, com o NIF 5003035859, que opera comercialmente sob o nome Yeto Africa. No âmbito da sua estrutura operacional, integra a Africa Wall Street Academy, dedicada à formação, e a Yeto Africa Research, dedicada à investigação e produção de conteúdos de pesquisa. Estas designações correspondem ao nome comercial e a unidades da LCP Capital e não são apresentadas nesta Política como entidades jurídicas autónomas.

A sede da LCP Capital encontra-se em Luanda, Município de Talatona, Comuna de Talatona, Bairro Patriota, Rua da Caixa Social, Casa s/n.º, próximo à Delegação Provincial.

Para efeitos da legislação aplicável em matéria de protecção de dados pessoais, a LCP Capital actua como responsável pelo tratamento relativamente aos dados pessoais para os quais determina as finalidades e os meios de tratamento.

2. ÂMBITO DA POLÍTICA

A presente Política aplica-se aos dados pessoais tratados pela LCP Capital no âmbito das actividades desenvolvidas sob o nome comercial Yeto Africa, incluindo os serviços, programas e canais da Africa Wall Street Academy e da Yeto Africa Research, nas suas relações com:

- clientes e potenciais clientes;
- formandos, candidatos a formação, docentes, facilitadores e participantes da Africa Wall Street Academy;
- leitores, subscritores, participantes em estudos, fontes de pesquisa e utilizadores de conteúdos da Yeto Africa Research, quando aplicável;
- representantes, procuradores, sócios, administradores e beneficiários efectivos de clientes ou parceiros, quando aplicável;
- fornecedores, prestadores de serviços e parceiros comerciais;
- candidatos, visitantes e outros contactos profissionais;
- utilizadores do website, formulários electrónicos e outros canais digitais da LCP, caso aplicável.

3. BASE LEGAL E AUTORIDADE COMPETENTE

O tratamento de dados pessoais pela LCP deve observar a legislação aplicável na República de Angola, em especial a Lei n.º 22/11, de 17 de Junho — Lei da Protecção de Dados Pessoais.

A autoridade nacional competente em matéria de protecção de dados pessoais é a Agência de Protecção de Dados (APD). A LCP deve ainda observar outra legislação sectorial que seja efectivamente aplicável às actividades que desenvolva.

Quando um tratamento esteja sujeito a notificação, autorização ou outro procedimento perante a APD, a LCP deverá adoptar as medidas necessárias antes ou durante o tratamento, conforme legalmente exigível.

4. PRINCÍPIOS DE TRATAMENTO

No tratamento de dados pessoais, a LCP procura observar os seguintes princípios:

- transparência e respeito pela reserva da vida privada;
- licitude e boa-fé;
- adequação, pertinência e proporcionalidade dos dados recolhidos;
- utilização para finalidades determinadas, explícitas e legítimas;
- exactidão e actualização dos dados;
- conservação apenas durante o período necessário ou legalmente exigido;
- confidencialidade, integridade e segurança da informação;
- limitação de acesso com base na necessidade de conhecimento.

5. QUE DADOS PESSOAIS PODEMOS RECOLHER

Dependendo da relação estabelecida com a LCP e da finalidade concreta, poderão ser tratados dados como:

- nome completo, data e local de nascimento, nacionalidade e outros elementos de identificação;
- dados constantes do Bilhete de Identidade, Passaporte ou outro documento legalmente aceite;
- Número de Identificação Fiscal e outros números de identificação legalmente necessários;
- morada, telefone, endereço electrónico e outros dados de contacto;
- profissão, cargo, entidade empregadora, actividade profissional e informação societária;
- assinatura e documentação contratual;
- dados financeiros, bancários ou de pagamento quando necessários à prestação dos serviços ou cumprimento de obrigações;
- informação necessária a procedimentos de identificação, diligência, compliance e gestão de risco, quando aplicável;
- registos de comunicações e correspondência relacionadas com a relação comercial;
- dados técnicos associados ao acesso aos canais digitais da LCP, quando estes existam e sejam utilizados.

A LCP não deve solicitar ou recolher dados pessoais que não sejam necessários para uma finalidade legítima. O tratamento de dados sensíveis está sujeito a requisitos reforçados e apenas deverá ocorrer quando exista fundamento legal adequado.

6. COMO RECOLHEMOS OS DADOS

Os dados pessoais podem ser recolhidos:

- directamente junto do titular;
- através de formulários, contratos, propostas, pedidos de informação ou processos de onboarding;
- através de comunicações por telefone, e-mail, correspondência ou canais digitais;
- através de representantes legalmente autorizados;
- junto de fontes públicas ou legalmente acessíveis;
- junto de prestadores de serviços ou parceiros, quando exista fundamento legítimo para a comunicação;
- através do website e tecnologias associadas, caso a LCP utilize esses meios.

7. PARA QUE FINALIDADES UTILIZAMOS OS DADOS

A LCP poderá tratar dados pessoais, conforme aplicável, para as seguintes finalidades:

- responder a pedidos de contacto, informação ou propostas;
- estabelecer, administrar e executar relações contratuais e comerciais;
- prestar serviços de consultoria e outros serviços legalmente permitidos;
- identificar clientes, representantes e outras pessoas relevantes;
- realizar procedimentos internos de diligência, compliance e gestão de risco, quando aplicável;
- emitir facturas, processar pagamentos e cumprir obrigações contabilísticas e administrativas;
- cumprir obrigações legais, regulamentares, judiciais ou administrativas;
- proteger pessoas, instalações, sistemas, documentos e activos da LCP;
- gerir reclamações, pedidos de titulares e outras comunicações;
- prevenir e investigar incidentes de segurança ou utilização indevida dos sistemas;
- manter registos necessários à defesa de direitos e interesses legítimos da Sociedade;
- enviar comunicações institucionais ou comerciais quando legalmente permitido.

8. FUNDAMENTO DO TRATAMENTO

O fundamento aplicável ao tratamento depende da finalidade e das circunstâncias concretas. O tratamento poderá assentar, conforme legalmente permitido, no consentimento do titular, na necessidade de execução de uma relação contratual, no cumprimento de uma obrigação legal ou regulamentar, ou noutro fundamento reconhecido pela legislação aplicável.

Quando o consentimento seja necessário, a LCP procurará obtê-lo de forma livre, específica, explícita e informada. O consentimento poderá ser retirado nos termos legalmente aplicáveis, sem afectar a licitude do tratamento anteriormente efectuado.

9. PARTILHA E DESTINATÁRIOS DOS DADOS

A LCP não vende dados pessoais. Os dados apenas deverão ser comunicados a terceiros quando exista fundamento legítimo e a comunicação seja necessária para a finalidade em causa.

Os destinatários poderão incluir, quando aplicável:

- autoridades judiciais, administrativas, fiscais, policiais ou regulatórias competentes;
- Agência de Protecção de Dados;
- bancos e prestadores de serviços de pagamento utilizados pela LCP;
- auditores, contabilistas, advogados e outros consultores profissionais sujeitos a deveres de confidencialidade;
- fornecedores de tecnologias de informação, alojamento, suporte ou segurança;
- outros prestadores de serviços que actuem por conta da LCP e estejam sujeitos às obrigações adequadas de confidencialidade e segurança.

A LCP deve limitar qualquer comunicação aos dados estritamente necessários e, sempre que apropriado, estabelecer obrigações contratuais de confidencialidade, segurança e utilização limitada dos dados.

9. PARTILHA E DESTINATÁRIOS DOS DADOS

A LCP não vende dados pessoais. Os dados apenas deverão ser comunicados a terceiros quando exista fundamento legítimo e a comunicação seja necessária para a finalidade em causa.

Os destinatários poderão incluir, quando aplicável:

- autoridades judiciais, administrativas, fiscais, policiais ou regulatórias competentes;
- Agência de Protecção de Dados;
- bancos e prestadores de serviços de pagamento utilizados pela LCP;
- auditores, contabilistas, advogados e outros consultores profissionais sujeitos a deveres de confidencialidade;
- fornecedores de tecnologias de informação, alojamento, suporte ou segurança;
- outros prestadores de serviços que actuem por conta da LCP e estejam sujeitos às obrigações adequadas de confidencialidade e segurança.

A LCP deve limitar qualquer comunicação aos dados estritamente necessários e, sempre que apropriado, estabelecer obrigações contratuais de confidencialidade, segurança e utilização limitada dos dados.

10. TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

Quando os dados pessoais sejam transferidos, alojados ou disponibilizados fora do território da República de Angola, a LCP deverá avaliar previamente os requisitos legais aplicáveis e, quando exigível, assegurar a notificação ou autorização da APD e adoptar as garantias necessárias para proteger os dados.

A utilização de plataformas tecnológicas, serviços cloud ou prestadores internacionais deve ser sujeita a avaliação interna antes de envolver dados pessoais abrangidos por esta Política.

11. CONSERVAÇÃO DOS DADOS

A LCP conserva os dados pessoais pelo período necessário à finalidade para a qual foram recolhidos e durante os prazos adicionais cuja conservação seja exigida por lei, contrato, autoridade competente ou necessidade legítima de exercício ou defesa de direitos.

Os prazos concretos poderão variar consoante a categoria de dados e o contexto da relação. Decorrido o período aplicável, os dados deverão ser eliminados, destruídos de forma segura ou anonimizados, salvo quando a conservação continue legalmente justificada.

12. SEGURANÇA E CONFIDENCIALIDADE

A LCP adopta ou deverá adoptar medidas técnicas e organizativas adequadas ao risco para proteger os dados pessoais contra acesso não autorizado, perda, alteração, divulgação, destruição ou utilização indevida.

As medidas poderão incluir, conforme aplicável:

- controlo de acessos físicos e lógicos;
- perfis de acesso de acordo com funções e responsabilidades;
- mecanismos de autenticação e gestão de credenciais;
- protecção dos equipamentos, sistemas e redes;
- cópias de segurança e medidas de continuidade;
- registos de actividade e monitorização de acessos relevantes;
- arquivo físico seguro;
- regras de utilização e transmissão de documentos;
- procedimentos de gestão e resposta a incidentes;
- obrigações de confidencialidade aplicáveis a colaboradores e prestadores de serviços.

13. DIREITOS DOS TITULARES

Nos termos da Lei n.º 22/11, os titulares podem exercer os direitos que lhes sejam aplicáveis relativamente aos seus dados pessoais.

Estes direitos incluem, nomeadamente:

- direito de informação sobre o tratamento dos seus dados;
- direito de acesso aos dados pessoais tratados;
- direito de rectificação ou actualização de dados inexactos ou desactualizados;
- direito de eliminação nos casos legalmente previstos;
- direito de oposição ao tratamento nos casos admitidos pela legislação aplicável.

O exercício de um direito poderá estar sujeito à verificação da identidade do requerente e às limitações previstas na lei. A LCP apenas deverá solicitar os elementos necessários para confirmar a legitimidade do pedido.

14. COMO EXERCER OS SEUS DIREITOS

Os pedidos relacionados com privacidade e protecção de dados poderão ser dirigidos à LCP através dos seguintes contactos:

Responsável	LCP Capital – Consultoria de Negócios, LDA
Endereço	Luanda, Município de Talatona, Comuna de Talatona, Bairro Patriota, Rua da Caixa Social, Casa s/n.º, próximo à Delegação Provincial.
E-mail de Privacidade	welcome@yetoafrica.com
Telefone	956 77 04 93
Nome Comercial	Yeto Africa
Unidade de Formação	Africa Wall Street Academy
Unidade de Investigação	Yeto Africa Research

O pedido deverá indicar, de forma clara, o direito que o titular pretende exercer e fornecer informação suficiente para permitir à LCP identificar os dados e responder adequadamente, evitando a transmissão de informação pessoal desnecessária.

15. RECLAMAÇÕES RELATIVAS À PRIVACIDADE

Caso considere que os seus dados pessoais foram tratados de forma inadequada, o titular poderá apresentar reclamação à LCP através dos canais disponibilizados para o efeito.

Sem prejuízo dos mecanismos internos, o titular poderá igualmente exercer os meios de reclamação ou tutela que lhe sejam disponibilizados pela Agência de Protecção de Dados ou pelas autoridades competentes, nos termos da legislação aplicável.

16. WEBSITE, COOKIES E TECNOLOGIAS SEMELHANTES

Caso a LCP disponibilize um website ou plataformas digitais que utilizem cookies ou tecnologias semelhantes, deverá informar os utilizadores sobre as categorias utilizadas, respectivas finalidades e opções de gestão, através de informação específica ou Política de Cookies.

Cookies ou tecnologias não estritamente necessários não deverão ser utilizados de forma incompatível com a legislação aplicável.

17. COMUNICAÇÕES COMERCIAIS

A LCP apenas deverá utilizar dados pessoais para comunicações comerciais ou promocionais quando exista fundamento legal adequado e tenham sido observados os requisitos aplicáveis ao consentimento e ao direito de oposição.

O destinatário deverá dispor de meio adequado para deixar de receber comunicações promocionais quando esse direito seja aplicável.

18. DADOS DE MENORES

Os serviços da LCP não se destinam, em princípio, a menores. Caso seja necessário tratar dados pessoais de menores no âmbito de uma actividade específica, a LCP deverá efectuar avaliação prévia dos requisitos legais aplicáveis e implementar as garantias adequadas.

19. ALTERAÇÕES À POLÍTICA

A LCP poderá actualizar a presente Política para reflectir alterações legais, regulamentares, tecnológicas, organizacionais ou relativas aos serviços prestados.

A versão actualizada deverá indicar a respectiva data de revisão e ser disponibilizada através dos canais adequados. Alterações materiais deverão ser comunicadas de forma apropriada aos titulares quando tal seja necessário.

20. CONTACTOS

Para questões relacionadas com esta Política ou com o tratamento de dados pessoais pela LCP Capital:

Firma	LCP Capital – Consultoria de Negócios, LDA
NIF	5003035859
Sede	Luanda, Município de Talatona, Comuna de Talatona, Bairro Patriota, Rua da Caixa Social, Casa s/n.º, próximo à Delegação Provincial.
E-mail	welcome@yetoafrica.com
Telefone	956 77 04 93
Website	yetoafrica.com , academia.yetoafrica.com , research.yetoafrica.com
Nome Comercial	Yeto Africa
Unidade de Formação	Africa Wall Street Academy
Unidade de Investigação	Yeto Africa Research

ANEXO — REFERÊNCIAS LEGAIS PRINCIPAIS

- Lei n.º 22/11, de 17 de Junho — Lei da Protecção de Dados Pessoais;
- Lei n.º 23/11, de 20 de Junho — Lei das Comunicações Electrónicas e dos Serviços da Sociedade da Informação, quando aplicável aos canais electrónicos;
- orientações, formulários e deliberações emitidos pela Agência de Protecção de Dados;
- demais legislação sectorial aplicável às actividades efectivamente exercidas pela LCP Capital.

Nota de conformidade: a presente Política é uma minuta institucional preparada com base na informação actualmente disponível sobre a LCP Capital. A aplicação de requisitos específicos relacionados com website, cookies, comunicações electrónicas, transferências internacionais, dados sensíveis ou actividades reguladas deve ser confirmada à luz dos processos efectivamente utilizados pela Sociedade.

APROVAÇÃO E CONTROLO DA VERSÃO

Versão 1.0

Aprovado por Gerência

Luntadila Paulo, CPA, MBA

22 de Agosto de 2026

welcome@yetoafrica.com | www.yetoafrica.com | +244 956 77 04 93



Yeto Africa

Corporate Advisory & Management Consulting

LCP Capital – Consultoria de Negócios, Lda.

Nome comercial: **Yeto Africa**

Documento de uso público

Versão 1.0

Agosto 2026

